

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH UNACON DO HOSPITAL REGIONAL DE TUCURUI

(CNPJ 23.453.830/0013-03)
Demonstrações Financeiras

Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)				Demonstração do Superávit dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)			
Ativo	Nota	2019	2018	Receitas Operacionais	Nota	2019	2018
Circulante		6.256.729	4.727.999	14		11.887.004	6.669.875
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.749.263	3.723.478	Receitas prestadas a pacientes SUS		11.887.004	11.059.128
Contas a receber	5	1.244.502	939.800	(-) Glosa por implantação		-	(4.389.253)
Estoques		243.133	53.172	Custos		(7.097.870)	(4.939.384)
Adiantamento a funcionário		196	1.100	Serviços de terceiros		(2.101.605)	(2.596.378)
Outros Créditos		15.642	6.319	Pessoal e encargos		(4.202.485)	(1.915.912)
Despesas Antecipada		3.993	4.130	Materiais e medicamentos		(793.780)	(427.094)
Não Circulante		3.856.558	2.052.411	Despesas		(1.378.530)	(1.240.864)
Partes relacionadas	8	1.366.352	1.366.352	Pessoal e encargos		(525.401)	(478.978)
Imobilizado líquido	6	13.496	15.033	Despesas gerais e administrativas	15	(800.275)	(703.308)
Intangível líquido	7	71.377	110.090	Depreciação/amortização		(287.617)	(106.375)
Imobilizado - contrato de gestão líquido	6	2.405.333	554.976	Impostos, taxas e contribuições		(5.454)	(6.144)
Intangível - contrato de gestão líquido	7	84.138	5.960	Outras receitas e despesas operacionais		240.217	53.941
Total do Ativo		10.197.425	6.780.410	Finanças, Líquidas		212.465	166.983
Passivo		10.197.425	6.780.410	Despesas financeiras		(13.718)	(9.984)
Circulante		858.786	825.257	Receitas financeiras		226.183	176.967
Fornecedores	9	443.060	367.147	Superávit do Exercício		3.623.069	656.610
Obrigações trabalhistas	10	279.917	310.722	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios			
Obrigações sociais	11	67.575	76.349	Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)			
Obrigações fiscais		10.780	9.363	Descrição		Patrimônio Social	Superávit acumulado
Outras contas a pagar		411	-	Em 31 de dezembro de 2017		3.031.994	1.541.204
Partes relacionadas	8	57.043	61.676	Incorporação ao Patrimônio Social		1.541.204	(1.541.204)
Não Circulante		3.212.417	3.452.198	Ajustes patrimoniais (Nota 13)		(2.726.853)	-
Receitas diferidas	12	3.212.417	3.452.198	Superávit do exercício		-	656.610
Patrimônio Líquido		6.126.222	2.502.955	Em 31 de dezembro de 2018		1.846.345	656.610
Patrimônio Social		2.503.153	1.846.345	Incorporação ao Patrimônio Social		656.610	(656.610)
Superávit acumulado		3.623.069	656.610	Ajustes patrimoniais		198	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		10.197.425	6.780.410	Superávit do exercício		-	3.623.069
				Em 31 de dezembro de 2019		2.503.153	3.623.069
				Em 31 de dezembro de 2019 e 2018		2.503.153	3.623.069
				Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)			
		2019	2018	(Redução)/Aumento das obrigações-não circulante		(239.781)	3.075.432
Fluxos de caixa de atividades operacionais				Ajustes patrimoniais		198	(2.726.853)
Superávit do exercício		3.623.069	656.610	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		3.206.320	957.821
Ajustes para reconciliar o resultado				Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(2.175.902)	(244.753)
Depreciação/amortizações		287.617	106.375	Aquisição de imobilizado		(2.080.550)	(244.753)
Superávit ajustado		3.910.686	762.985	Aquisição de bens do intangível		(95.353)	-
Varições no circulante das contas de ativo e passivo		(704.366)	194.836	Caixa líquido (utilizado nas) / proveniente das atividades de financiamento		(4.633)	29.265
Aumento de outros créditos		(313.121)	(411.110)	Transações com partes relacionadas		(4.633)	29.265
(Aumento) / redução de estoques		(189.961)	1.714	Aumento no caixa e equivalentes de caixa		1.025.785	742.333
Redução / (Aumento) despesas antecipadas		137	(4.130)	Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)		3.723.478	2.981.145
Aumento de fornecedores		75.913	167.362	Saldo existente no início do exercício		4.749.263	3.723.478
(Redução) / Aumento de obrigações trabalhistas		(30.805)	71.596	Saldo existente no final do exercício		1.025.785	742.333
(Redução) / Aumento de obrigações sociais		(8.774)	22.848				
Aumento / (redução) de obrigações tributárias		1.417	(2.023)				
Aumento de outras obrigações		411	-				

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Unidade de Assistência de Alta Oncologia (UNACON) do Hospital Regional do Tucuruí foi inaugurada oficialmente pelo Governo do Estado do Pará em 29 de julho de 2016, com o objetivo de disponibilizar exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) para o tratamento de pacientes portadores de câncer. O serviço de Quimioterapia possui 13 (treze) poltronas e 2 (dois) leitos de retaguarda, além de oferecer serviços ambulatoriais especializados em oncologia: consultas oncológicas, radioterapia, baquiterapia, análises clínicas, ultrassonografia, endoscopia e colonoscopia. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. A UNACON está situada à Avenida Amazonenses, S/N - Vila Permanente, na cidade de Tucuruí, Estado do Pará - PA. **b) Contrato de Gestão:** A UNACON do Hospital Regional do Tucuruí é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 10 de março de 2016, por meio de contrato de gestão nº 003/SESPA/2016, vigente até 09 de março de 2020. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. **c) Impactos da COVID-19 nas operações:** A Entidade vem promovendo o treinamento de seus profissionais e prestadores de serviços acerca dos procedimentos de identificação, controle e tratamento de eventuais pacientes diagnosticados com o COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, porém atua estrategicamente, em conjunto com o ente público, com foco na saúde básica do estado, afim de isolar os pacientes que OMS - Organização Mundial da Saúde julga serem de risco. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 13 de março de 2020. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo

acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento

continua >

de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2019 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Gestão de Risco:** A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **Risco de liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade.

Imobilizado contrato de Gestão

	Ap. Med e Cirurg. 10%	Benfeitoria	Equip. Informática 10%	Instalações 10%	Inst. de Cirurgia 10%	Máquinas e Equip. 10%	Construção Andamento	Móveis e Utensílios hosp. 10%	Móveis e Utensílios 10%	Total
Em 31/12/2018										
Saldo inicial	87.491	-	76.423	31.906	7.385	64.797	-	100.036	-	368.039
Aquisição	-	-	83.336	80.000	-	-	72.079	-	9.018	244.433
Depreciação	(10.095)	-	(22.791)	(4.420)	(869)	(7.616)	-	(11.630)	(75)	(57.496)
Saldo final	77.396	-	136.968	107.486	6.516	57.181	72.079	88.406	8.943	554.976
Em 31/12/2019										
Saldo inicial	77.396	-	136.968	107.486	6.516	57.181	72.079	88.406	8.943	554.976
Aquisição	1.706	6.160	994.052	438	-	644.327	241.174	118.388	73.960	2.080.205
Depreciação	(10.265)	(81)	(77.604)	(11.768)	(1.738)	(101.361)	-	(19.533)	(7.498)	(229.848)
Saldo final	68.837	6.079	1.053.416	96.156	4.778	600.147	313.253	187.261	75.405	2.405.333

7. Intangível

	Direito de uso 20%	Software 20%	Total
Em 31 de dezembro de 2018			
Saldo inicial	152.937	1.497	154.434
Aquisição	-	-	-
Depreciação	(43.906)	(438)	(44.344)
Saldo final	109.031	1.059	110.090
Em 31 de dezembro de 2019			
Saldo inicial	109.031	1.059	110.090
Aquisição	-	7.182	7.182
Depreciação	(44.021)	(1.874)	(45.895)
Saldo final	65.010	6.367	71.377

Contrato de Gestão

	Direito de uso 20%	Total
Em 31 de dezembro de 2018		
Saldo inicial	8.727	8.727
Depreciação	(2.767)	(2.767)
Saldo final	5.960	5.960
Em 31 de dezembro de 2019		
Saldo inicial	5.960	5.960
Aquisição	88.171	88.171
Depreciação	(9.993)	(9.993)
Saldo final	84.138	84.138

8. Partes Relacionadas: O montante a receber de R\$ 1.366.352, refere-se a recursos a receber de hospitais relacionados sob a mesma gestão. O saldo a pagar de R\$ 57.043 (R\$ 61.676 em 2018) refere-se a serviços laboratoriais prestados por hospitais relacionados sob a mesma gestão, bem como serviços da gestão.

9. Fornecedores

	2019	2018
Materiais e medicamentos	82.808	35.775
Serviços médicos	109.101	110.630
Serviços	229.260	135.255
Diversos	21.891	85.487
Total	443.060	367.147

10. Obrigações Trabalhistas

	2019	2018
Obrigações com pessoal	171.258	144.086
Provisão de férias	100.630	154.328
Provisão FGTS s/férias	8.029	12.308
Total	279.917	310.722

11. Obrigações Sociais

	2019	2018
INSS a recolher	17.426	11.231
FGTS a recolher	22.763	20.239
IRRF s/ folha a recolher	27.386	44.879
Total	67.575	76.349

12. Receitas Diferidas: Em 2018, a Entidade recebeu da SESP, o montante de R\$ 3.128.660, como verba de investimento, conforme 5º aditivo contratual nº 003/2016 a ser destinada para reforma na área oncológica, sendo utilizada apenas R\$ 237.397 e o saldo residual foi mantido em aplicação financeira. Em 2019 a Entidade utilizou R\$ 2.168.376 dos recursos para investimento em aquisições de ativos imobilizados e intangíveis operacionais. O montante demonstrado no grupo de receita diferida, em 31/12/2019, refere-se à entrada do recurso a ser utilizado na aquisição do imobilizado/intangível pelo contrato de gestão, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2019	2018
Imobilizado - contrato de gestão	2.771.280	691.075
Intangível - contrato de gestão	101.019	12.848
Total investido em ativo	2.872.299	703.923
Depreciação/amortização acumulada	(382.829)	(142.988)
Total imobilizado/intangível líquido	2.489.470	560.935
(+) Saldo para investimento	722.947	2.891.263
Receita diferida	3.212.417	3.452.198

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2019	2018
Caixa	1.000	1.000
Banco conta movimento	65.811	530.109
Aplicações em CDB - custeio	4.682.452	3.192.369
Total	4.749.263	3.723.478

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo. **5. Contas a Receber:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 09/03/2020.

	2019	2018
Contrato 003/2016 - SESP	1.244.502	939.800
Total	1.244.502	939.800

6. Imobilizado

	Mov. Utensílios 10%	Instr.de Cirurgia 10%	Aparelho Medicina 10%	Máquinas e Equipamentos 10%	Total
Em 31/12/2018					
Saldo inicial	4.955	8.582	2.944	-	16.481
Aquisição	-	-	-	320	320
Depreciação	(552)	(945)	(268)	(3)	(1.768)
Saldo final	4.403	7.637	2.676	317	15.033
Em 31/12/2019					
Saldo inicial	4.403	7.637	2.676	317	15.033
Aquisição	285	-	-	59	344
Depreciação	(578)	(945)	(321)	(37)	(1.881)
Saldo final	4.110	6.692	2.355	339	13.496

	Ap. Med e Cirurg. 10%	Benfeitoria	Equip. Informática 10%	Instalações 10%	Inst. de Cirurgia 10%	Máquinas e Equip. 10%	Construção Andamento	Móveis e Utensílios hosp. 10%	Móveis e Utensílios 10%	Total
Em 31/12/2018										
Saldo inicial	87.491	-	76.423	31.906	7.385	64.797	-	100.036	-	368.039
Aquisição	-	-	83.336	80.000	-	-	72.079	-	9.018	244.433
Depreciação	(10.095)	-	(22.791)	(4.420)	(869)	(7.616)	-	(11.630)	(75)	(57.496)
Saldo final	77.396	-	136.968	107.486	6.516	57.181	72.079	88.406	8.943	554.976
Em 31/12/2019										
Saldo inicial	77.396	-	136.968	107.486	6.516	57.181	72.079	88.406	8.943	554.976
Aquisição	1.706	6.160	994.052	438	-	644.327	241.174	118.388	73.960	2.080.205
Depreciação	(10.265)	(81)	(77.604)	(11.768)	(1.738)	(101.361)	-	(19.533)	(7.498)	(229.848)
Saldo final	68.837	6.079	1.053.416	96.156	4.778	600.147	313.253	187.261	75.405	2.405.333

13. Patrimônio Líquido: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nas atividades de gestão. Em 2018, o valor de ajuste patrimonial de R\$ 2.726.853, refere-se a ajustes de exercícios anteriores, referente devolução de recursos sobressalentes às verbas de custeio, sendo recebidas posteriormente sob a rubrica de verbas de investimento.

14. Receitas Operacionais

	2019	2018
Receitas faturadas	11.887.004	6.669.875
Expectativa contratual de receitas	-	4.389.253
	11.887.004	11.059.128
(-) Glosa por implantação	-	(4.389.253)
Total	11.887.004	6.669.875

Em 2018, a Entidade apresentou na rubrica de receitas por expectativa contratual o montante relativo aos repasses do contrato gestão esperados para o exercício, assim como a correspondente baixa no montante de R\$ 4.389.253, relativa à glosa de recebimentos por processo de implantação operacional.

15. Despesas Gerais e Administrativas

	2019	2018
Serviços de gestão	(427.659)	(427.810)
Internet	(41.520)	(41.520)
Aluguel de máquinas	(64.500)	(25.230)
Viagens e hospedagens	(142.376)	(92.252)
Manutenção e conservação	(3.216)	(30.278)
Outros	(121.004)	(86.218)
Total	(800.275)	(703.308)

16. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros,3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2019	2018
Cota patronal	416.300	377.409
Terceiros	120.727	109.449
RAT/SAT	41.630	37.741
Total INSS	578.657	524.599
COFINS	356.610	212.172
Total COFINS	356.610	212.172

17. Cobertura de Seguros: Em 2019, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

18. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2019	2018
Aplicações financeiras	4.682.452	3.192.369
Contas a receber	1.244.502	939.800
Total ativos financeiros	5.926.954	4.132.169
Fornecedores	443.060	367.147
Total passivos financeiros	443.060	367.147

19. Eventos Subsequentes: O Contrato de gestão 003/2016, junto à SESPA, teve sua vigência encerrada em 09/03/2020 e, até a emissão destas demonstrações contábeis, não havia sido oficializada a renovação contratual.

Cristian Tassi - Diretor Executivo - CPF. 595.078.610-68

Viviane da Costa Conceição - Contadora - CRC PA - 013815/0-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - UNACON do Hospital Regional de Tucuruí** - Tucuruí - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / UNACON do Hospital Regional de Tucuruí, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / UNACON do Hospital Regional de Tucuruí, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **• Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis incerteza de recebimento e renegociação com ente público. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração sobre o recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela adequação dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação das contas a receber realizável. **Enfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 19 - Eventos subsequentes, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão do UNACON do Hospital Regional do Tucuruí, teve sua vigência encerrada em 09/03/2020 e, até a emissão de nosso relatório, não houve retorno da SESPA - Secretaria Estadual de Saúde do Pará, sobre o ofício promovido pela atual Administração, considerando a intenção em renovar o contrato por um novo ciclo de 12 meses. A Administração do INDSH entende que haverá a anuência pela Secretaria e manterá as operações de administração do UNACON até a resposta da SESPA. Essas demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com o princípio de continuidade, não sendo apuradas, reconhecidas ou divulgadas eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. ii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. iii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** (i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 19 de março de 2019, sem modificações. ii) Conforme descrito na nota explicativa 1(c), a Entidade vem promovendo treinamentos e preparo de sua estrutura para eventual atendimento de demandas de saúde relacionadas à COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, concluindo por não ser necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração

al por mais 12 meses. A atual Administração protocolou ofício junto à SESPA, com o intuito de formalizar a intenção de renovação do contrato. Diante da expectativa de que seja confirmada a renovação contratual, a Administração concluiu por não haver necessidade de reconhecer provisões para desmobilização e/ou contingências nessas demonstrações contábeis, bem como a manutenção da gestão das atividades do UNACON até a obtenção do retorno da SESPA, com o intuito de evitar o colapso do sistema da região. Tucuruí - PA, 13 de março de 2020

e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 13 de março de 2020.**

Planners Auditores Independentes

CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398

Valter Piovam - Contador CRC 1SP 146.651/O-0

Auditor Independente - CNAI 1.018

Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-0

Auditor Independente - CNAI 6.199

BENEFICÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DA AMAZONIA

CNPJ: 04.966.545/0001-08 Trav. 9 de Janeiro, 1267 Belém-Pará

	2019	2018
BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO CIRCULANTE	30.101.196,56	29.293.295,46
Disponível	3.916.344,89	6.545.387,40
Caixa	180.028,40	204.220,21
Bnco C/Movimento	3.736.316,49	6.341.167,19
Realizável	26.184.851,67	22.747.908,06
Aplicações Financeiras	5.033.783,75	4.559.354,81
Aplicações Não Vinculadas	5.033.783,75	4.559.354,81
Creditos a Receber	19.492.010,26	16.471.750,90
Contas a Receber	1.604.702,80	1.203.983,65
Títulos Créd. e Conv. a Receber	17.064.106,87	14.318.701,88
Outros Val. e Adiant. a Receber	823.200,59	949.065,37
Valores Bens e Estoques	1.659.057,66	1.716.802,35
Estoques	1.659.057,66	1.716.802,35
ATIVO NÃO CIRCULANTE	41.256.101,65	37.551.875,58
DEPÓSITO JUDICIAL	171.046,18	171.046,18
Deposito Judicial	171.046,18	171.046,18
Investimentos	6.912.354,00	6.382.354,00
Amazonia Planos de Saúde	6.912.354,00	6.382.354,00
Imobilizado	34.045.681,43	30.871.455,36
Imóveis	19.326.458,88	18.945.082,12
Moveis e Utensílios	5.656.810,38	4.871.430,95
Equipamentos de Informatica	1.527.884,41	1.273.146,05
Maquinas e Equipamentos	18.307.722,26	16.187.726,46
Veículos	394.610,14	310.649,34
(-)Depreciação Acumulada	-11.167.804,64	-10.716.579,56
Intangível	127.020,04	127.020,04
Sistema de Computação	127.020,04	127.020,04
TOTAL DO ATIVO	71.357.298,21	66.845.171,04
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	9.411.259,54	8.714.566,09
Repasse Medico	0,00	21.678,34
Tributos e Contrib. a Recolher	4.369.954,15	4.504.648,92
Obrigações Com Pessoal	1.791.314,52	1.736.269,67
Outros Debitos	1.296.156,37	469.105,37
Fornecedores	1.953.834,50	1.982.863,79
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.123.703,74	3.225.085,68
Emprestimos e Financiamentos	573.173,34	1.181.218,48
Leasing	1.550.530,40	2.043.867,20
PATRIMÔNIO SOCIAL	59.822.334,93	54.905.519,27
Capital Social	20.000.000,00	20.000.000,00
Doações e Subverções	1.852.985,46	1.852.985,46
Reservas	1.238.033,70	1.238.033,70
R.de Luc./Sob./Ret. de Superáv	1.238.033,70	1.238.033,70
Déficits/Superávits Acumulados	31.814.500,11	25.524.684,94
Superávit do Exercício	4.916.815,66	6.289.815,17
TOTAL PASSIVO	71.357.298,21	66.845.171,04
DEMONST. DO RESULTADO	2019	2018
Eventos/S I Líquidos	0,00	124.529,57
Eventos/S C ou Avisados	0,00	124.529,57
RESULTADO A SAÚDE	0,00	124.529,57
RECEITAS OPERACIONAIS	79.445.250,22	67.125.596,40
Receitas Hospitalares	79.454.544,84	67.140.016,86
(-) Deduções de Receitas	9.294,62	14.420,46
Reversão de Provisão	0,00	0,00
DESPESAS HOSPITALARES	23.742.552,14	18.914.461,07
Despesas Hospitalares	23.742.552,14	18.914.461,07
RESULTADOS OPERACIONAIS	55.702.698,08	48.211.135,33
RECEITAS DE DOAÇ E CONT.	780.324,59	882.762,95
Receitas de Doações e Cont	780.324,59	882.762,95
OUTRAS REC NÃO OP	396.937,42	432.557,36
Outras Receitas Não Operac.	396.937,42	432.557,36
RESULTADO FINANC. LIQUIDO	53.069,61	-405.382,07
Receitas Financeiras	330.305,36	296.855,76
Despesas Financeira	277.235,75	702.237,83
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	47.446.750,44	39.193.470,26
Despesas Com Pessoal	36.798.913,17	30.478.455,10
Despesas Com Terceiros	9.757.353,67	7.882.833,11
Despesas Administr. Diversas	890.483,60	832.182,05
Desp. Com Loca e Func.	4.569.463,60	3.513.258,57
Desp. Com Loc. e Manutenção	4.569.463,60	3.513.258,57
RESULTADO LIQUIDO	4.916.815,66	6.289.815,17
DFC	2019	2018
ATIVIDADES OPERAC.		
(+) Resg de Apli c/Financ.	0,00	20,22
(+) Rec.de Jur Ap Financ.	274.651,77	265.987,46
(+) Outros Rec. Op.	75.612.881,52	68.779.389,61
(-)Pag Forn./Prest. Saúde	25.817.563,83	20.314.098,12
(-)Pagamento de Pessoal	22.138.188,68	18.206.395,44
(-)Pag. de Serv Terc	8.117.333,07	7.882.833,11
(-)Pag.de Prom/Public	4.664,00	3.832,00
(-)Aplicações Financeiras	476.608,41	234.149,85
(-)Outros Pag Operacion	2.873.164,39	1.253.678,39
(-)Pagamento de Tributos	13.108.777,17	10.660.690,74
Caixa Liq das Ativid Op.	3.351.233,74	10.489.719,64
ATIV.DE INVESTIMENTOS		

(-)Pag.de Aq de Ao Imob-	4.543.966,42	5.432.404,71
(-)Outros Pag.das At.de I		
Caixa Liq das At de Inves	-4.543.966,42	-5.432.404,71
ATIV.DE FINANCIAMENT		
(-)Pag,J.Emp.Fin.Leasing	277.235,75	702.237,83
(-)Pag. de Amort. -		
Emprest./Financ./Leasing	1.159.074,08	1.692.205,28
Caixa Liq. das At. de Fina	-1.436.309,83	-2.394.443,11
VARIAÇÃO LÍQ DO CAIXA	-2.629.042,51	2.662.871,82
CAIXA - Saldo Inicial	6.545.387,40	3.882.515,58
CAIXA - Saldo Final	3.916.344,89	6.545.387,40
Ativo Liv no Inic do Perio	37.551.875,58	32.576.270,88
Ativ Liv no Fin do Período	41.256.101,65	37.551.875,58

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO

	Déficit/Superavit Acumulado	Totais
Saldo em 31.12.2017		48.615.704,10
31.12.2018 superavit	6.289.815,17	
Saldo em 31.12.2018		54.905.519,27
31.12.2019 Superavit	4.916.815,66	
Saldo em 31.12.2019		59.822.334,93

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2019

Nota 1 Contexto Operacional

A **BENEFICÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DA AMAZÔNIA**, entidade civil de caráter beneficente, sem fins econômicos, que se propõe a dar assistência social, moral e material às pessoas necessitadas, visando a consecução de seus objetivos sociais, exerce as atividades de assistência social, organização e administração de hospitais, clínicas e ambulatórios, médica móvel e outras atividade afins.

Nota 2 Apresentação das Demonstrações Contábeis, foram elaboradas com as novas práticas adotadas no Brasil de acordo com a Lei nº 11.638/07

a)Apuração do Resultado.

O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício.

b)Aplicação de Liquidez Imediata.

Estão registradas por seus valores atualizados até a data do Balanço.

c)Passivo Circulante.

São representados por obrigações decorrentes das prestações de serviço e aquisição de materiais e equipamentos para manutenção e expansão do sistema de atendimento.

d)Patrimônio Social O Patrimônio Social da entidade é constituído de Bens Patrimoniais da entidade, de Fundo Assistencial e Reserva para Manutenção da entidade.

Nota 3 Gratuidades/Atividade Assistencial.

A entidade aplicou em despesas relacionadas com atividade assistencial, o montante de R\$1.160.655,10 no exercício de 2019.

Nota 4 Aplicação dos Recursos

Os recursos foram aplicados, integralmente, na manutenção e aquisição do imobilizado, e em sua atividade assistencial com base no Estatuto Social da entidade.

Nota 5 Contribuições

No exercício de 2019, várias entidades, inclusive pessoas físicas, efetuarão doações no montante de R\$ 219.011,99.

Elbertito Osamu Yamamoto (Presidente) CPF: 279.824.672-53

Alfredo Takeru Honda (Diretor Financeiro) CPF: 127.906.132-49

Nilson Hayashida (Contador) CPF: 115.987.782-34 CRC (PA)007241/O-5.

PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia, no exercício de suas atribuições estatutárias, após terem procedido aos exames do Balanço Patrimonial, Demonstrações de Despesas e Receitas, e demais contas e atos da Diretoria, finda em 31 de dezembro de 2019, e acompanhada do Parecer da Auditoria Independente realizada pelo auditor independente Tadeu Manoel Rodrigues de Araujo, em anexo, e tendo em visto encontrado em perfeita ordem com provas documentadas, são de parecer que os mesmos podem ser levados para a aprovação da Assembleia Geral de 2020.

Yuji Ikuta (Presidente) Leonardo yoshikazu Maruoka (Coselheiro).

Teiichi Oikawa (Conselheiro).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

Aos Dirigentes da Beneficência Nipo - Brasileira da Amazônia

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Beneficência Nipo - Brasileira da Amazônia que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Beneficência Nipo - Brasileira da Amazônia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Tadeu Manoel Rodrigues de Araujo

Contador CRC/PA 002671/O-3

Auditor Independente CNAI Nº-171

IBRACON Nº-3715

CMV 4677

Protocolo: 535103



Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br, quarta-feira, 18 de março de 2020 às 22:55:21.